

**OS  
PRIMEIROS-  
-MINISTROS  
DE  
PORTUGAL  
1820-2020**

**I**

**COORDENAÇÃO**  
Fernando de Sousa  
Conceição Meireles Pereira

**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

Nas comemorações dos 200 anos da Revolução Liberal do Porto de 1820



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO  
DE MINISTROS



# Os Primeiros-Ministros de Portugal

## 1820–2020

### VOLUME I

- I. Primeiros-Ministros de Portugal (1820–2020)  
Enquadramento histórico, jurídico e sociológico
  
- II. «Chefes de Governo» desde a Revolução Liberal do Porto  
à instauração definitiva do Liberalismo (1820–1834)
  
- III. Presidentes do Conselho de Ministros  
na Monarquia Constitucional (1834–1910)

#### **Coordenação**

Fernando de Sousa  
Conceição Meireles Pereira

#### **Organização**

Isilda Monteiro

**N** I M P R E N S A  
N A C I O N A L

## ÍNDICE

Introdução	8
<b>I. Primeiros-Ministros de Portugal (1820–2020) – Enquadramento histórico, jurídico e sociológico</b>	<b>20</b>
1. A lenta afirmação do cargo de Primeiro-Ministro em Portugal (1820–1855)	21
1.1. Os «Chefes de Governo» desde a Revolução Liberal do Porto à instauração definitiva do Liberalismo (1820–1834)	21
1.1.1. O Vintismo (1820–1823)	22
1.1.2. D. João VI, rei absoluto (1823–1826)	31
1.1.3. O Primeiro Cartismo (1826–1828)	33
1.1.4. O Absolutismo Miguelista (1828–1834)	37
1.1.5. O Governo Provisório e a Regência Liberal em nome de D. Maria II (1828–1834)	39
1.2. A instituição <i>de facto</i> do cargo de Presidente do Conselho de Ministros (1834)	46
1.3. A instituição <i>de jure</i> do cargo de Presidente do Conselho de Ministros (1855)	53
2. O Primeiro-Ministro no Constitucionalismo Português	62
2.1. As experiências constitucionais em Portugal	62
2.1.1. Os órgãos de Estado	63
2.1.2. As funções de Estado	69
2.1.3. Os sistemas de Governo	70
2.1.4. As práticas políticas	70
2.2. O órgão constitucional Primeiro-Ministro em Portugal (1820–2020)	71
2.2.1. Os Presidentes do Conselho de Ministros no Constitucionalismo Monárquico (1820–1910)	74
2.2.1.1. A Constituição de 1822	74
2.2.1.2. A Carta Constitucional de 1826	78
2.2.1.3. A Constituição de 1838	82
2.2.2. Os Presidentes do Ministério na Primeira República (1910–1926)	87
2.2.3. Os Presidentes do Ministério na Ditadura Militar (1926–1933)	92
2.2.4. Os Presidentes do Conselho de Ministros no Estado Novo (1933–1974)	92
2.2.5. Os Primeiros-Ministros em Democracia (1974–2020)	97
2.2.5.1. O interregno militar (1974–1976)	97
2.2.5.2. A Constituição de 1976 e a compressão funcional do Primeiro-Ministro (1976–1982)	100
2.2.5.3. A transição constitucional de 1982 e a supremacia funcional do Primeiro-Ministro (1982–2020)	109
3. Contributos para uma análise sociológica dos Primeiros-Ministros de Portugal (1834–2020)	124
3.1. Duração e número de mandatos por Primeiro-Ministro	128
3.2. Forma de aquisição e término do mandato de Primeiro-Ministro	136

3.3. Naturalidade	141
3.4. Idade à data de início de funções	143
3.5. Primeiros-Ministros titulados	145
3.6. Atividade profissional	148
3.7. Formação académica	152
3.8. Percurso político	155
Quadro sinóptico — Chefes de Governo e Primeiros-Ministros de Portugal (1820-2020)	170
<b>II. «Chefes de Governo» desde a Revolução Liberal do Porto à instauração definitiva do Liberalismo (1820-1834)</b>	<b>200</b>
António da Silveira Pinto da Fonseca, 1.º visconde de Canelas (24.8.1820-27.9.1820)	202
Gomes Freire de Andrade (27.9.1820-30.1.1821)	204
Manuel António Maria Baltasar de Sampaio Melo e Castro Moniz Torres de Lusignan, 2.º conde e 1.º marquês de Sampaio (30.1.1821-4.7.1821)	206
Manuel Inácio da Costa Quintela (4.7.1821-7.9.1821)	208
Filipe Ferreira de Araújo e Castro (8.10.1821-1.6.1823)	210
Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, 1.º conde de Subserra (1.6.1823-15.1.1825)	212
José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda (15.1.1825-1.8.1826)	215
Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (1.8.1826-6.12.1826)	217
Luís Manuel de Moura Cabral (6.12.1826-16.12.1826)	219
Francisco Alexandre Lobo, bispo de Viseu (16.12.1826-8.6.1827)	221
Manuel Francisco Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, 2.º visconde de Santarém (8.6.1827-5.9.1827)	223
Carlos Honório de Gouveia Durão (5.9.1827-26.2.1828)	226
GOVERNO MIGUELISTA	
Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, 6.º duque do Cadaval (26.2.1828-1.7.1831)	228
José António de Oliveira Leite de Barros, 1.º conde de Basto (1.7.1831-4.8.1833)	231
António José Guião (22.9.1833-26.5.1834)	233
REGÊNCIA LIBERAL	
Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (15.3.1830-2.7.1831)	235
José António Ferreira Brak-Lamy (2.7.1831-10.10.1831)	239
José Dionísio da Serra (10.10.1831-3.3.1832)	242
Pedro de Sousa Holstein, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Palmela (3.3.1832-10.11.1832)	244
Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (10.11.1832-12.1.1833)	245
Cândido José Xavier Dias da Silva (12.1.1833-15.10.1833)	245
Joaquim António de Aguiar (15.10.1833-23.4.1834)	248
Bento Pereira do Carmo (23.4.1834-24.9.1834)	248

<b>III. Presidentes do Conselho de Ministros na Monarquia Constitucional (1834–1910)</b>	<b>252</b>
Pedro de Sousa Holstein, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Palmela (24.9.1834–28.4.1835)	256
Vitório Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, 2.º conde de Linhares (4.5.1835–27.5.1835)	280
João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha (27.5.1835–18.11.1835)	288
José Jorge Loureiro (25.11.1835–19.4.1836)	316
António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha, 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor e 1.º duque da Terceira (19.4.1836–10.9.1836)	332
José Manuel da Cunha Faro Meneses Portugal da Gama Carneiro e Sousa, 4.º conde de Lumiares (10.9.1836–4.11.1836)	352
Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º marquês de Sá da Bandeira (5.11.1836–1.6.1837)	360
António Dias de Oliveira (2.6.1837–10.8.1837)	388
Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º marquês de Sá da Bandeira (10.8.1837–18.4.1839)	400
Rodrigo Pinto Pizarro Pimentel de Almeida Carvalhais, 1.º barão de Ribeira de Sabrosa (18.4.1839–26.11.1839)	412
José Lúcio Travassos Valdez, 1.º barão e 1.º conde de Bonfim (26.11.1839–9.6.1841)	428
Joaquim António de Aguiar (9.6.1841–7.2.1842)	442
Pedro de Sousa Holstein, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Palmela (7.2.1842–9.2.1842)	456
António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha, 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor e 1.º duque da Terceira (9.2.1842–20.5.1846)	462
Pedro de Sousa Holstein, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Palmela (20.5.1846–6.10.1846)	472
João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha (6.10.1846–28.4.1847 e 18.12.1847–18.6.1849)	480
António Bernardo da Costa Cabral, 1.º conde e 1.º marquês de Tomar (18.6.1849–26.4.1851)	496
António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha, 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor e 1.º duque da Terceira (26.4.1851–1.5.1851)	516
João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha (1.5.1851–6.6.1856)	522
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 2.º marquês e 1.º duque de Loulé (6.6.1856–16.3.1859)	536
António José de Sousa Manuel e Meneses Severim de Noronha, 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor e 1.º duque da Terceira (16.3.1859–26.4.1860)	556
Joaquim António de Aguiar (1.5.1860–4.7.1860)	564
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 2.º marquês e 1.º duque de Loulé (4.7.1860–17.4.1865)	570

Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º marquês de Sá da Bandeira (17.4.1865–4.9.1865)	578
Joaquim António de Aguiar (4.9.1865–4.1.1868)	586
António José de Ávila, 1.º conde de Ávila, 1.º marquês e 1.º duque de Ávila e Bolama (4.1.1868–22.7.1868)	596
Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º marquês de Sá da Bandeira (22.7.1868–11.8.1869)	614
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 2.º marquês e 1.º duque de Loulé (11.8.1869–19.5.1870)	624
João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, 1.º conde, 1.º marquês e 1.º duque de Saldanha (19.5.1870–29.8.1870)	634
Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º marquês de Sá da Bandeira (29.8.1870–29.10.1870)	640
António José de Ávila, 1.º conde de Ávila, 1.º marquês e 1.º duque de Ávila e Bolama (29.10.1870–13.9.1871)	646
António Maria de Fontes Pereira de Melo (13.9.1871–5.3.1877)	654
António José de Ávila, 1.º conde de Ávila, 1.º marquês e 1.º duque de Ávila e Bolama (5.3.1877–29.1.1878)	674
António Maria de Fontes Pereira de Melo (29.1.1878–1.6.1879)	682
Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco (1.6.1879–25.3.1881)	688
António Rodrigues Sampaio (25.3.1881–14.11.1881)	706
António Maria de Fontes Pereira de Melo (14.11.1881–20.2.1886)	722
José Luciano de Castro Pereira Corte Real (20.2.1886–14.1.1890)	730
António de Serpa Pimentel (14.1.1890–13.10.1890)	760
João Crisóstomo de Abreu e Sousa (13.10.1890–17.1.1892)	774
José Dias Ferreira (17.1.1892–22.2.1893)	794
Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (22.2.1893–7.2.1897)	812
José Luciano de Castro Pereira Corte Real (7.2.1897–25.6.1900)	826
Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (25.6.1900–20.10.1904)	834
José Luciano de Castro Pereira Corte Real (20.10.1904–20.3.1906)	840
Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (20.3.1906–19.5.1906)	850
João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco (19.5.1906–4.2.1908)	862
Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (4.2.1908–25.12.1908)	878
Artur Alberto de Campos Henriques (25.12.1908–11.4.1909)	888
Sebastião Custódio de Sousa Teles (11.4.1909–14.5.1909)	902
Venceslau de Sousa Pereira Lima (14.5.1909–22.12.1909)	914
Francisco António da Veiga Beirão (22.12.1909–26.6.1910)	942
António Teixeira de Sousa (26.6.1910–5.10.1910)	970
Fontes e Bibliografia	1004
Índice de quadros	1033
Plano Geral	1034

## Introdução

O estudo das elites políticas no Portugal Contemporâneo constitui um tema que, durante muito tempo, foi praticamente ignorado por investigadores da história política, mais preocupados com os acontecimentos e protagonistas dos factos que interpretavam, e menos com a elite que detém ou consubstancia o poder numa determinada conjuntura. E, no entanto, a definição conceptual de «elite» e a problemática das «elites políticas», «classe política», «classe dirigente» ou «poder político» no mundo anglo-saxónico — expressões diferentes que não podem identificar-se —, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) têm sido questões amplamente debatidas na Ciência Política.

Com efeito, os conceitos de «elite» ou «elite política» têm distintas significações, não só no tempo histórico (se é que se podem aplicar a alguma realidade histórica precisa) como no presente. Sublinhe-se, aliás, que o conceito de «elite», que entrou na língua francesa no século XII e que assumiu no século XIV o significado de «eleito», «escolhido», «eminente», «o que há de melhor», só na segunda metade do século XIX passou a ser usado em Portugal, o que justifica, neste caso, a sua tardia utilização nas Ciências Sociais e Humanas.

No plural, a expressão indica «as pessoas que, num dado setor, ocupam um posto superior, em virtude do nascimento, da inteligência ou da riqueza», o conjunto daqueles que, na expressão de Pareto, demonstram «índices mais elevados nos respetivos domínios em que exercem a sua atividade». Mas, quer no singular, quer no plural, o vocábulo aparece contraposto a massa, multidão, a demonstrar, como sublinhou Busino, que estas são dirigidas por uma minoria, aristocracia ou classe dirigente.

Não cabe agora teorizar sobre os diferentes conceitos de «elite política» e muito menos de «elite», conceito com significações e conteúdos ambíguos e não raras vezes de utilização contraditória. Nem abordar a formação dos «grupos dominantes», a sua transformação/substituição e as suas relações com as massas, a legitimidade do poder que a elite política exercita ou monopoliza, ou ainda, a natureza, características e qualidades que a individualizam em Portugal.

Não porque tal abordagem e discussão não sejam importantes. A utilização, no que ao Portugal Contemporâneo diz respeito, do conceito de «elite política» para diferentes fenómenos, ou da identificação de elite política como «classe governante» ou «classe política», sem se curar de saber qual o grau de consocialização e de coesão existente no universo sociológico que se apresenta ou que se pretende caracterizar, levanta problemas que não se podem ignorar.

Mas agora, e em sintonia com outras abordagens pragmáticas da historiografia portuguesa sobre as elites políticas, identificar-se-á a elite política portuguesa com a minoria que detém o poder, neste caso, e simplificando, as personalidades que assumiram os cargos de titulares de órgãos de soberania, mas também os magistrados administrativos que desempenharam elevadas funções na hierarquia do Estado, ou em corpos administrativos locais, mesmo sabendo que nem todos se inscrevem na categoria «elite política».



Nesta perspectiva, importa fazer uma breve síntese dos estudos das personalidades que integraram a elite política portuguesa dos séculos XIX e XX — presidentes da República, membros e chefes do Governo, deputados, pares do Reino, senadores, presidentes das principais câmaras municipais, governadores civis — de forma a melhor se apreender o papel que o CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto, responsável pelo presente trabalho, tem desempenhado em tal investigação, bem como a situar a obra que agora se edita na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, sob o patrocínio da Presidência do Conselho de Ministros.

É certo que numerosas figuras políticas do Portugal Contemporâneo já encontraram o seu biógrafo. Mas pouco se sabe, ou com imprecisões sucessivamente reiteradas, sobre muitas das personalidades que desempenharam funções de primeiro plano, quer na administração central, quer na administração regional, municipal e colonial.

O caminho para a recolha e publicação das notícias biográficas dos políticos portugueses foi trilhado cedo, designadamente em 1822, com João Gorjão a redigir a *Galeria dos Deputados das Cortes Geraes e Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*, a que só duas décadas depois se seguiram outras publicações, de pequena dimensão, maioritariamente devidas a iniciativas de parlamentares, com o objetivo de dar a conhecer governantes e deputados, e que constituem preciosas fontes para a história política contemporânea.

Assim, da autoria do deputado João de Azevedo Sá Coutinho, saiu em 1845 o *Quadro político, historico e biographico do Parlamento de 1842 por um eremita da Serra de Arga*, obra na qual se apresentam os «retratos» de três dezenas de parlamentares. Já em 1858, Aprígio Fafes (pseudónimo de Eduardo Tavares, também mais tarde deputado) publicou duas pequenas obras: *Galeria Pittoresca da Camara dos Pares contendo uma apreciação imparcial de cada um dos seus membros da Camara hereditaria*, bem como *Galeria parlamentar ou para-lamentar, contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do Parlamento da actual legislatura de 1858*. A partir de 1866 publicaram-se as estatísticas do pariato português, atualizadas em 1875, 1879, 1885, 1889, 1899 e, finalmente, em 1910, sob o título *Estatística do Pariato Portuguez desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1909*.

Só no final do século surgiu uma obra de maior fôlego nesta matéria: entre 1887 e 1892, Clemente José dos Santos (barão de São Clemente) lançou as suas valiosas *Estatísticas e biographias parlamentares portuguezas*, em seis tomos, onde, além de relatar «os factos mais importantes da vida parlamentar em Portugal, desde o alvorecer das liberdades públicas», fornece «interessantes traços biográficos dos homens que mais se avantajaram no Parlamento português». Também de forma extensa, em 1905, José Marcelino de Almeida Bessa apresentou o quadro cronológico dos Ministérios desde 1830 no seu *Annexo ao Manual Parlamentar*, consignando alguns factos que considerou mais notáveis, a relação alfabética dos senadores que fizeram parte da Câmara

I.

# **Primeiros-Ministros de Portugal (1820-2020) Enquadramento histórico, jurídico e sociológico**



## **1. A lenta afirmação do cargo de Primeiro-Ministro em Portugal (1820-1855)**

A designação de Primeiro-Ministro atribuída ao Chefe do Governo de Portugal foi institucionalizada a partir da Constituição de 1976. Todavia, o Chefe do Governo, escolhendo os ministros e coordenando a sua ação, representando o Executivo junto dos outros órgãos de soberania e acumulando ou não tal função com uma ou mais pastas, independentemente das atribuições e competências que teve ao longo do tempo, remonta a 1834, ou seja, à instauração definitiva do liberalismo em Portugal.

É certo que, durante o Antigo Regime, e mesmo durante o período de transição do absolutismo para o liberalismo (1820-1834), podemos falar de certas personalidades que exerceram, na prática, as funções de Chefe do Governo. O caso mais paradigmático, e para não recuarmos além do século XVIII, foi o de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e marquês de Pombal (1770), secretário de Estado do Rei D. José I (1750-1777), um autêntico Primeiro-Ministro que «controlou, não só a governação, mas igualmente a totalidade do País, aniquilando toda e qualquer veleidade de oposição, incluindo a do próprio Rei, que mostrava escassos talentos governativos» (Marques, 1972: 570).

Após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, com diferentes designações, há ministros e secretários de Estado que exercem funções semelhantes ou comparáveis às que o Primeiro-Ministro, ou melhor, o Presidente do Conselho de Ministros, passaria a exercer a partir de 1834, uma vez que, na realidade, só a partir deste último ano é que, com tal denominação, passou a haver, de facto, uma figura responsável pela escolha dos ministros das diferentes pastas e pela política desenvolvida pelo Governo, respondendo pela mesma, face ao Rei e ao Parlamento. E se tal aconteceu de 1834 em diante, a verdade é que só em 1855 o cargo de Primeiro-Ministro foi institucionalizado.

Analisemos, pois, o lento processo da afirmação e consolidação do cargo de Primeiro-Ministro ou Presidente do Conselho de Ministros em Portugal, entre 1820-1855, uma vez que, a partir de então, embora com diversos títulos, não mais deixou de haver um Chefe de Governo jurídica e constitucionalmente reconhecido enquanto tal.

### **1.1. Os «Chefes de Governo» desde a Revolução Liberal do Porto à instauração definitiva do Liberalismo (1820-1834)**

Portugal, entre 1820-1834, passou por um conturbado processo de transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Constitucional. Durante este período, o Reino conheceu sucessivamente o vintismo ou primeira experiência liberal (1820-1823), o regime absoluto de D. João VI (1823-1826), o primeiro cartismo liberal (1826-1828), o absolutismo miguelista (1828-1834) e, paralelamente, o Governo provisório estabelecido na ilha Terceira, Açores, seguido da Regência em nome de D. Maria II (1828-1834).

No que diz respeito ao Governo, quer no regime absolutista — em que a soberania residia no Monarca, titular máximo de todos os poderes do Estado —,

quer no liberalismo — onde a legitimidade do Rei era proveniente da Nação, coexistindo com outros órgãos de soberania como o Parlamento e os Tribunais, dependentes apenas da Lei —, competia ao Rei, que era o Chefe de Estado, a chefia do poder executivo. Tal poder era exercido através dos secretários/ministros de Estado, livremente nomeados e demitidos pelo Monarca, de acordo com a Constituição de 1822, ou no exercício do poder moderador que lhe passou a competir privativamente com a Carta Constitucional de 1826.

Os secretários/ministros de Estado eram, portanto, da sua inteira confiança, se bem que, a partir deste último diploma e, na prática, de 1834 em diante, o Rei passe a ter em consideração, na composição do Governo, a maioria parlamentar saída das eleições, ou seja, o «poder do sufrágio», na sugestiva expressão de Adriano Moreira (2011: 13). Uma situação que levou à coexistência nem sempre pacífica entre estes dois poderes durante todo o Constitucionalismo Monárquico já que, durante todo este período, o Rei deteve sempre a faculdade de nomear e demitir livremente os membros do Governo, ao contrário do que acontecia, por exemplo, em Inglaterra, onde o Governo só dependia do Parlamento.

Ora, sendo a pessoa do Rei, mesmo nos textos constitucionais, inviolável e irresponsável politicamente, não respondendo, assim, pelos atos dos seus Governos, era aos seus ministros e secretários de Estado que competia assumir a responsabilidade pelos atos praticados pelo Executivo, de tal forma que, sem a referenda dos mesmos, nenhum ato do poder executivo era válido. Na verdade, o Rei, enquanto Chefe do Governo, desempenhava um «papel formal, na medida em que o exercício desse poder estava atribuído aos ministros» — Constituição de 1822 e Carta Constitucional de 1826 (Santos, 1986: 18).

Não presidindo, regra geral, o Rei ao Conselho de Ministros, órgão que reúne, pelo menos, desde 1822, importa saber se alguns dos ministros de Estado que compuseram o Governo entre 1820-1834 exerceram funções semelhantes às de Primeiro-Ministro, uma vez que a figura de Presidente do Conselho de Ministros, não fazendo parte do texto da Constituição de 1822 nem da Carta Constitucional de 1826, só foi criada de facto em 1834, e de direito em 1855.

Isto é, será que algum membro do Governo, na época que agora nos interessa, tinha um acesso privilegiado ao Rei ou às regências que, em seu nome, se constituíram entre 1820-1834? Será que algum deles gozava de uma certa preeminência face aos restantes titulares das secretarias/ministérios, sendo, como tal, assim reconhecidos? Para respondermos a esta questão, importa efetuar a leitura política destes anos, de forma a perceber quem, ainda que informalmente, foi Primeiro-Ministro *avant la lettre*.

### 1.1.1. O Vintismo (1820-1823)

Em 24 de agosto de 1820, na sequência do descontentamento generalizado que se fazia sentir em Portugal — provocado, entre outros fatores, pela ausência do Rei D. João VI no Brasil; pela saída contínua de dinheiro, sob a forma de rendas e contribuições, para a América portuguesa; pela decadência do

comércio, tendo em vista as novas prerrogativas concedidas aos britânicos; pelas dificuldades financeiras crescentes; pelo esmagador domínio inglês na administração portuguesa e no Exército —, e, por outro lado, devido ao triunfo do liberalismo em Espanha, teve lugar no Porto uma Revolução Liberal, à qual acabou por aderir todo o Reino.

Nesse mesmo dia, foi criada na Câmara Municipal dessa cidade uma junta «depositária do Governo», designada por Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, tendo como Presidente António da Silveira Pinto da Fonseca, o primeiro Chefe de Governo saído desta revolução.

**Junta Provisional do Governo Supremo do Reino constituída no Porto a 24 de agosto de 1820, na sequência da Revolução Liberal**

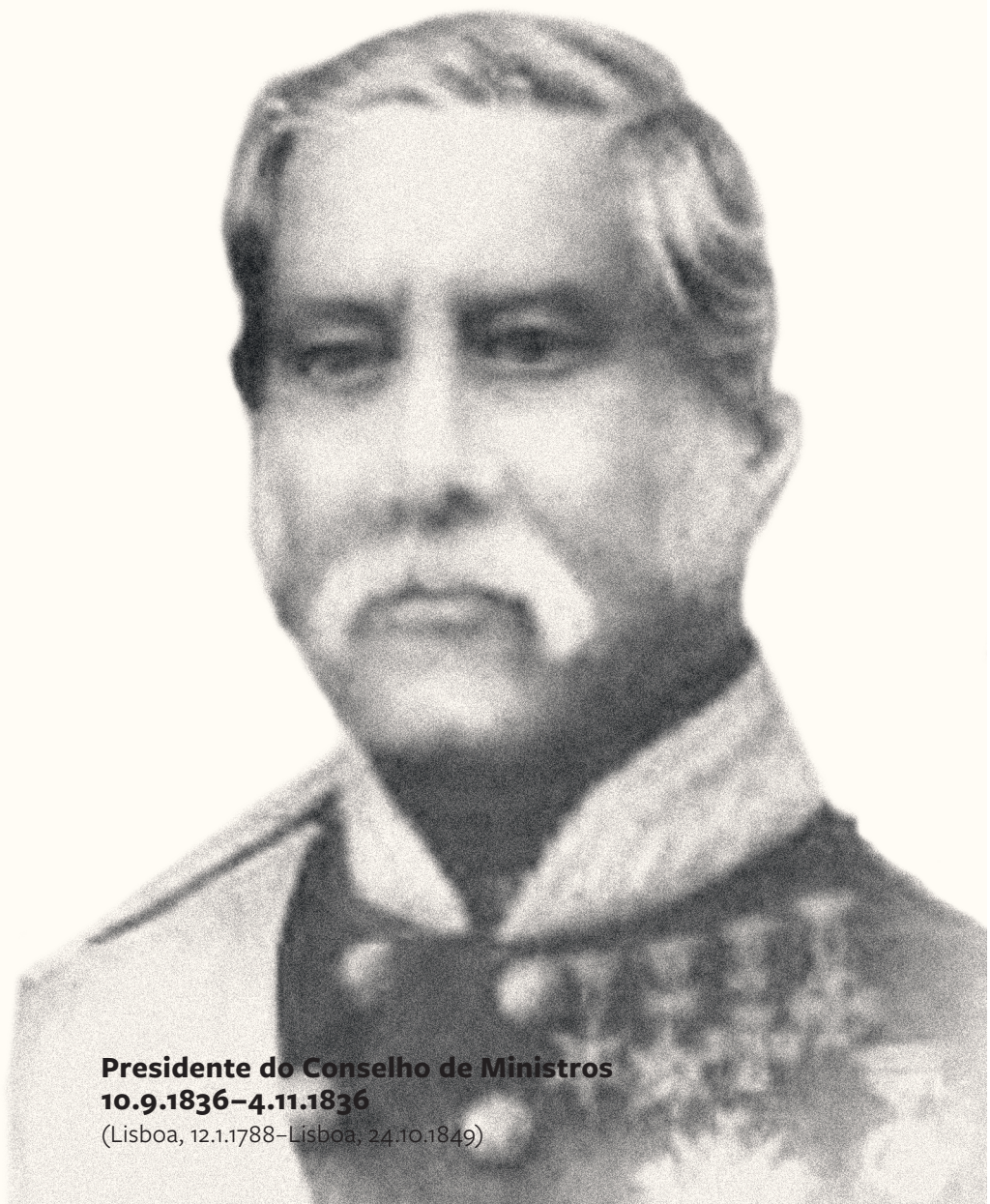
- António da Silveira Pinto da Fonseca, depois, 1.º visconde de Canelas – presidente;
- Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira – vice-presidente;
- Luís Pedro de Andrade e Brederode – vogal representante do clero;
- Pedro Leite Pereira de Melo – vogal representante da nobreza;
- Francisco de Sousa Cirne Madureira – vogal representante da nobreza;
- Manuel Fernandes Tomás – vogal representante da magistratura;
- Fr. Francisco de São Luís, depois, bispo de Coimbra e cardeal patriarca de Lisboa – vogal representante da Universidade;
- João da Cunha Sotto Maior – vogal representante da província do Minho;
- José Maria Xavier de Araújo – vogal representante da província do Minho;
- José de Melo e Castro de Abreu – vogal representante da província da Beira;
- Roque Ribeiro de Abranches Castelo Branco, depois, 1.º visconde de Midões – vogal representante da província da Beira;
- José Joaquim Ferreira de Moura – vogal representante da província de Trás-os-Montes;
- José Manuel Ferreira de Sousa e Castro – vogal representante da província de Trás-os-Montes;
- Francisco José de Barros Lima – vogal representante do comércio;
- Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda – vogal nomeado depois de se constituir a Junta, mas no próprio dia 24;
- José Ferreira Borges – secretário com voto nas deliberações;
- José da Silva Carvalho – secretário com voto nas deliberações;
- Francisco Gomes da Silva – secretário com voto nas deliberações.

(Fonte: SANTOS, Clemente José dos, 1883 — *Documentos para a Historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 1, pp. 8-9)

Esta Junta, que no mesmo dia lançou um *Manifesto aos Portugueses*, tinha como principais objetivos afastar os governadores que D. João VI nomeara aquando da sua retirada para o Brasil, em 1807, e convocar as Cortes para dotar o Reino de uma Constituição. À data da revolução, eram governadores do Reino o cardeal patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha, presidente;

# **José Manuel da Cunha Faro Meneses Portugal da Gama Carneiro e Sousa**

4.º conde de Lumiares



**Presidente do Conselho de Ministros**

**10.9.1836–4.11.1836**

(Lisboa, 12.1.1788–Lisboa, 24.10.1849)

A handwritten signature in cursive script, reading "José Manuel da Cunha Faro Meneses". The signature is written in dark ink on a light background.

Oficial do Exército.

Colégio dos Nobres e curso da Academia Real de Fortificação.

Par do Reino (30.4.1826). Deputado (1837-1838). Presidente do Conselho de Ministros (10.9.1836-4.11.1836). Ministro da Guerra (10.9.1836-4.11.1836). Ministro da Marinha e Ultramar interino (10.9.1836-4.11.1836). Ministro de Estado honorário.

Natural da freguesia de São José, concelho de Lisboa.

Filho de Manuel da Cunha e Meneses, conde de Lumiares, gentil-homem de D. Maria I e do príncipe D. João, comendador da Ordem Militar de Santiago, governador e capitão-general da Baía e de Pernambuco e deputado da Junta dos Três Estados, e de Maria do Resgate Portugal Carneiro da Gama Sousa e Faro, 3.<sup>a</sup> condessa e marquesa de Lumiares e dama da Rainha D. Maria I. Neto paterno de José Félix da Cunha e Meneses, marechal de campo e governador de armas das Beiras, e de Constança Xavier de Meneses, filha dos condes da Ericeira e marqueses do Louriçal. Neto materno de José Francisco Portugal da Gama, conde de Lumiares por casamento e marecha de campo, e de Madalena Carneiro de Sousa e Faro, 2.<sup>a</sup> condessa de Lumiares.

Casou com Luísa Henriqueta de Meneses, filha dos marqueses de Valada. Deste casamento nasceram seis filhos, José Félix da Cunha e Meneses, 5.<sup>o</sup> conde de Lumiares, Francisco da Cunha e Meneses, Manuel da Cunha e Meneses, Luís da Cunha e Meneses, Carlos da Cunha e Meneses e Maria Nazarena da Cunha e Meneses.

4.<sup>o</sup> conde de Lumiares.

Cruz de Condecoração das Campanhas da Guerra Peninsular, prata. Comendador da Ordem de Santiago. Comendador da Ordem de S. Bento de Avis. Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada. Medalha espanhola da Batalha de Albuera.

JOSÉ MANUEL DA CUNHA FARO MENESES PORTUGAL DA GAMA CARNEIRO E SOUSA, 4.<sup>o</sup> conde de Lumiares, nasceu na freguesia de São José, em Lisboa, no dia 12 de janeiro de 1788, filho de Manuel da Cunha e Meneses, conde de Lumiares por casamento, e de Maria do Resgate Portugal Carneiro da Gama Sousa e Faro, 3.<sup>a</sup> condessa e única marquesa de Lumiares. Batizado no dia seguinte ao do seu nascimento, foram seus padrinhos o avô materno, conde de Lumiares, José Francisco Portugal da Gama, e Inácia de Meneses.

Ainda não tinha 4 anos, quando o seu pai, que exercera antes de casar o cargo de governador e capitão-general da Baía e de Pernambuco, faleceu, tendo a sua mãe casado na paróquia de São José, em Lisboa, em 9 de dezembro de 1893, com o cunhado, irmão do seu falecido marido, Luís da Cunha e Meneses, antigo governador de Minas Gerais.

O conde de Lumiares seguiu o percurso habitual para um jovem nobre da sua época. Estudou no Colégio dos Nobres e, com 17 anos, iniciou uma carreira militar, assentando praça, como cadete, na Marinha, em 9 de agosto de 1805. Dois anos depois, em 15 de agosto, aos 19 anos, casou no oratório do Palácio

dos Condes da Caparica, em Santa Catarina, na cidade de Lisboa, com Luísa Henriqueta de Meneses, filha dos referidos condes e, mais tarde, 1.<sup>os</sup> marqueses de Valada. Foi pouco depois, em 24 de setembro desse ano, promovido a tenente. Já no Exército e como oficial da arma de Infantaria, foi promovido a capitão em 21 de março de 1809, a major em 27 de setembro de 1810 e a tenente-coronel em 15 de dezembro de 1814, quando estava a decorrer a Guerra Peninsular. Participou em várias batalhas, entre as quais a de Albuera, e foi ajudante de ordens do general Beresford (*Revista Universal Lisbonense*, 1.11.1849).

No entretanto, nasceram quatro dos seus seis filhos: José (2.7.1808) que veio a ser o 5.<sup>o</sup> conde de Lumiares, Francisco (8.6.1809), Manuel (13.4.1812) e Luís (2.10.1814). Em 27 de outubro de 1815, nasceu o quinto filho, Carlos, batizado no Palácio dos Condes de Lumiares, na freguesia de São Lourenço de Carnaxide.

A Revolução de Agosto de 1820 mereceu o apoio do conde de Lumiares, que em 11 de outubro desse ano, em Lisboa, no Palácio do Governo, perante Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, encarregado dos Negócios do Reino e da Fazenda, proferiu o seguinte juramento:

Juro aos Santos Evangelhos obediência à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que se acha instaurado, e que em nome de el-Rei nosso senhor o Senhor Dom João VI, há de governar até à instituição das Cortes, que devem convocar-se, para organizar a Constituição portuguesa; juro obediência ao mesmo Senhor Rei Dom João VI, a essas Cortes e à Constituição que fizerem, mantida a religião católica romana e a dinastia da Sereníssima Casa de Bragança (DG, 17.10.1820).

A partir daí, a sua atuação política vai ser sempre pautada pelas fortes convicções liberais, embora não conseguindo nunca, nem mesmo quando ocupou a Presidência de um Governo, no contexto revolucionário de setembro de 1836, assumir-se como uma figura de relevo na política nacional. Significativamente, as referências ao conde de Lumiares nas fontes consultadas, nomeadamente nas memórias dos seus contemporâneos são escassas em número e em informação.

Antes do final do ano de 1820, foi promovido a coronel (8 de dezembro). No ano seguinte, em 31 de julho, nasceu a sua primeira e única filha, de nome Maria Nazarena, batizada a 3 de agosto, na Ermida de Nossa Senhora da Glória, junto ao Palácio dos Condes de Lumiares.

Em 1826, o conde de Lumiares foi feito par do Reino por Carta Régia de 30 de abril, tendo tomado posse na sessão de 16 de novembro desse mesmo ano. Foi como par do Reino que Lumiares subscreveu em 29 de novembro desse mesmo ano a felicitação dirigida a D. Miguel pela ocasião da celebração dos sponsais com D. Maria II (Barbacena, 1829: 29). No mês seguinte, em 28 de dezembro, foi graduado em brigadeiro. O seu percurso militar, político e familiar parecia estar então perfeitamente delineado. Contudo, com a restauração da Monarquia Absoluta por D. Miguel, o conde de Lumiares, como tantos outros liberais, optou por deixar Portugal e partir para o estrangeiro.



### Bibliografia

- BONIFÁCIO, M. Fátima, 2004 — «BARRETO, Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura (1804-1875), 9.º conde de Vale dos Reis, 2.º marquês e 1.º duque de Loulé», in MÓNICA, Maria Filomena (coord.) — *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: ICS/Assembleia da República, vol. 1, pp. 323-326.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2016 — «Nuno José Severo de Mendoça Rolim de Moura Barreto, duque de Loulé», in SOUSA, Fernando de; PEREIRA, Conceição Meireles (coord.) — *Os Presidentes do Parlamento Português. Monarquia Constitucional (1820-1910)*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, t. II, pp. 1615-1638.
- MALTEZ, José Adelino — «Polítipédia — Repertório Português de Ciência Política». *Observatório Político*. Disponível em: [www.politipedia.pt](http://www.politipedia.pt).
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1990-1997 — *História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 3 volumes.
- MENDÓÇA, Filipe Folque de, 1995 — *A Casa Loulé e Suas Alianças*. Lisboa: Livraria Bizantina.
- RAVARA, António, D. L. 1990 — «Duque de Loulé», in MEDINA, João (dir.) — *História Contemporânea de Portugal*. [S. l.]: Multilar, vol. 1, pp. 139-140.
- SANTOS, Manuel Pinto dos, 1986 — *Monarquia Constitucional: organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados, 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República.
- SILVEIRA, Mauro César, 2003 — *Adesão fatal: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- VASCONCELOS, Francisco de, 1995 — «A Infanta D. Ana de Jesus Maria», in *A Casa Loulé e Suas Alianças*. Lisboa: Livraria Bizantina.
- , D. L. 2003 — *A Nobreza do Século XIX em Portugal*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica da Família da UMP.
- , 2006 — *A Infanta D. Ana de Jesus Maria. Infanta de Portugal, Marquesa de Loulé*. Lisboa: Instituto Dom João VI.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), 1960 — *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. II. Lisboa: Editorial Enciclopédia.

**Fernanda Paula Sousa Maia**

# António Teixeira de Sousa



**Presidente do Conselho de Ministros**

**26.6.1910–5.10.1910**

(Sabrosa, 5.5.1857–Porto, 5.6.1917)

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'António Teixeira de Sousa'. The signature is written in a cursive style with a long, sweeping underline that extends to the right.

Médico. Administrador de empresas públicas.

Curso de Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1883).

Deputado à Câmara dos Deputados (1890-1892; 1893; 1894-1895; 1896-1897; 1897-1899; 1900). Governador civil de Bragança (21.12.1894-23.1.1896). Ministro da Marinha e Ultramar (25.6.1900-28.2.1903). Ministro da Fazenda (28.2.1903-26.3.1904; 20.3.1906-19.5.1906). Par do Reino (14.1.1901). Presidente do Conselho de Ministros (26.6.1910-5.10.1910). Ministro do Reino (26.6.1910-5.10.1910).

Natural da freguesia de Celeirós, concelho de Sabrosa.

Filho de Dionísio Teixeira de Sousa, padre.

Sobrinho por afinidade de Joaquim Teixeira de Sampaio, juiz do Tribunal da Relação de Lisboa, deputado e par do Reino, e parente afastado de José Gonçalves Guimarães Serôdio, conde de Sabrosa, também deputado e par do Reino.

Casou com Ana Joaquina de Sampaio e, em segundas núpcias, com Emília Teixeira de Sampaio. Teve três filhos: António, José e Alice.

Grã-Cruz da Ordem de Afonso XII de Espanha (junho de 1907).

ANTÓNIO TEIXEIRA DE SOUSA NASCEU NA FREGUESIA DE CELEIRÓS, Sabrosa, em 5 de maio de 1857, filho do padre de São Pedro de Celeirós, Dionísio Teixeira de Sousa, e de uma paroquiana, moradora no Largo das Eiras. O seu progenitor, natural de Sanfins do Douro, fez inquirição *de genere* em 1844, sendo filho de António Gonçalves Sousa e Maria Lourenço. Embora se desconheçam pormenores da infância de António, tudo indica que a passou próximo do seu pai, não obstante a sua condição de eclesiástico.

Estudou no Liceu de Vila Real, entre 1874 e 1877, e ingressou na Academia Politécnica do Porto no ano letivo de 1877-1878, onde fez os preparatórios para a admissão à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, na qual, entre 1878 e 1883, cursou Medicina com distinção, tendo apresentado no seu último ano o trabalho *Inervação do coração* e ganhou o Prémio Macedo Pinto, destinado ao melhor estudante do curso.

Casou sucessivamente com duas irmãs de Sanfins do Douro, concelho de Alijó, Ana Joaquina de Sampaio, que faleceu em 4 de junho de 1892, com 36 anos de idade, e Emília Teixeira de Sampaio, proprietárias, filhas de Manuel Teixeira Sampaio e Maria Teixeira. Por via do matrimónio era sobrinho de Joaquim Teixeira Sampaio, juiz do Tribunal da Relação de Lisboa, deputado e, em setembro de 1910, par do Reino, por solicitação de Teixeira de Sousa. Teve três filhos: António, José e Alice. A filha casou com José Serôdio (casal que teve uma prole de três filhos: António José, João e Manuel Teixeira de Sousa Serôdio), sendo tio do seu genro José Gonçalves Guimarães Serôdio, conde de Sabrosa, deputado, a quem também fez par do Reino na altura do seu Governo.

O jovem clínico iniciou a sua carreira em 1883, como médico do partido municipal no concelho de Valpaços, distrito de Vila Real, passando no ano

Imprensa Nacional é a marca editorial da **INCM**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.  
Av. de António José de Almeida, 1000-042 Lisboa  
www.incm.pt  
www.impresnacional.pt  
www.facebook.com/ImprensaNacional  
editorial.apoiocliente@incm.pt

© CEPESE, PCM e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TÍTULO: Os Primeiros-Ministros de Portugal (1820–2020)

Vol. I (de III)

COORDENAÇÃO: Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira

ORGANIZAÇÃO: Isilda Monteiro

AUTORIA: Conceição Meireles Pereira, David Justino, Diogo Ferreira,  
Fernanda Paula Sousa Maia, Fernando de Sousa, Isabel Banond, Isilda Monteiro,  
José Miguel Sardica, Luís Alberto Marques Alves, Luís Barbosa Rodrigues,  
Manuel M. Cardoso Leal, Paulo Bruno Alves, Paulo Jorge Fernandes,  
Ricardo Rocha, Rui Cascão

EDIÇÃO: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e CEPESE

REVISÃO CIENTÍFICA: CEPESE

REVISÃO DE TEXTO: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

DESIGN: FBA./Rita Marquito

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PAPÉIS: Saville Row Pinstripe, Tintoretto, Sirio Color, Arena Smooth, da Fedrigoni

TIPOS DE LETRA: Grotzec (© Mário Feliciano); Freight Text

e Freight Sans (© Joshua Darden para Phil's Fonts)

1.<sup>a</sup> EDIÇÃO: agosto de 2021

ISBN (obra completa): 978-972-27-2908-6

ISBN (vol. I): 978-972-27-2484-5

DEPÓSITO LEGAL: 410627/16

EDIÇÃO N.º: 1021192

ISBN: 978-972-27-2908-6



9 789722 729086

O CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade é uma instituição de utilidade pública consagrada à investigação científica, de vocação interuniversitária, fundada pela Universidade do Porto e pela Fundação Eng. António de Almeida. No âmbito do seu objeto e fins, está constituída no CEPESE, desde 1996, uma Unidade de Investigação na área da História e de outras Ciências Sociais e Humanas, com a mesma designação, que agrega mais de uma centena de investigadores doutorados, e cuja atividade se rege pelas normas estabelecidas pela FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A sua investigação desenvolve-se na área da História e de outras disciplinas das Ciências Sociais e Humanas que contribuam para o estudo, análise e compreensão da sociedade, entendida num sentido lato, da sua evolução histórica, caracterização ao presente e desafios futuros. Para tal, apoia a realização de estudos e projetos de investigação, propiciando o debate dos resultados em seminários e outros encontros científicos e promovendo a sua publicação em livros, na sua revista *População e Sociedade*, de periodicidade semestral, nas coleções temáticas que edita e em revistas científicas nacionais e estrangeiras, bem como através das suas plataformas digitais. O CEPESE dispõe de instalações próprias em edifício autónomo da Universidade do Porto, que inclui uma biblioteca especializada, e conta com a colaboração de um secretariado permanente multidisciplinar para apoio aos seus associados e investigadores.



**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



**COMPETE**  
2020

**QREN** QUADRO  
DE REFERÊNCIA  
ESTRATÉGICO  
NACIONAL

A importância do Chefe do Governo enquanto ator político determinante da História do Portugal Contemporâneo e, ao mesmo tempo, objeto dessa mesma História, é inquestionável. Faltava, porém, um estudo global que, tratando este tema de forma rigorosa e com a necessária profundidade, fosse simultaneamente sintético e acessível a todos os leitores. Com esse objetivo, o CEPESE — Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade desenvolveu o presente trabalho, que dá a conhecer as biografias das personalidades que exerceram o cargo de Primeiro-Ministro desde o triunfo definitivo do Liberalismo à atualidade, precedidas de uma detalhada análise quanto à criação e evolução do cargo e ao perfil conjunto daqueles que o exerceram ao longo dos últimos duzentos anos.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO  
DE MINISTROS



CEPESE